



Arqueologia & Educação Patrimonial

**Itaipu e Camboinhas: o que a areia
guardou por sete mil anos**

Niterói, Rio de Janeiro

2026

Ficha técnica

Realização

Instituto de Arqueologia Brasileira — IAB

Promoção

Consórcio Lagoa de Itaipu

Coordenação geral do programa de arqueologia

Dr. André Leonardo Chevitaresh

Coordenação de Educação Patrimonial

Dra. Josefa Jandira Neto Ferreira Dias

Arqueóloga coordenadora de campo

Me. Ane Elisabeth Modesti Simões

Técnico em Educação Patrimonial

William Cruz

Arqueóloga Consultora

Marcelle Mandarino

Textos

Instituto de Arqueologia Brasileira — IAB

Projeto gráfico e diagramação

William Cruz

Fotografias

Acervo IAB

Processo IPHAN

nº 01500.000778/2025-15

Referências

ANDRADE, Marcela Nogueira de; GASPAR, Maria Dulce. O protagonismo do Museu Nacional entre a pesquisa e a defesa pela preservação do patrimônio arqueológico de Itaipu (Niterói/RJ). *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 86–103, 2019. DOI: 10.24885/sab.v32i2.704. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/704>. Acesso em: 15 maio. 2026.

DIAS JÚNIOR, Ondemar Ferreira. Notas prévias sobre pesquisas arqueológicas no Estado da Guanabara e Rio de Janeiro. In: PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS (PRONAPA). Resultados preliminares do primeiro ano: 1965-1966. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1967. p. 89-100. (Publicações Avulsas, n.6). Disponível em: <<https://repositorio.museu-goeldi.br/items/c13b8bb9-9877-4fc7-9d44-6cfd3f1d502f>>. Acesso em: 15 maio 2026.

LIMA, Tania Andrade. Lina Maria Kneip, uma vida, uma obra. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 7–14, 2000. DOI: 10.24885/sab.v12i1.148. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/148>. Acesso em: 19 maio. 2026

NETO, Jandira. Ancestralidades Cariocas: Arqueologia e História na Praça XV. Rio de Janeiro: Editora IAB, 2024.

SOUZA, Sheila Maria Ferraz Mendonça de; MOUSOVICH, Sue Anne Gomes; GARCIA, Anderson Marques, TIZUKA, Michelle Mayumi, MACARIO, Kita Chaves Damasio. Artefato em osso humano no sambaqui de Camboinhas, Niterói – RJ. *Cadernos do Lepa-arq*, v. XXI, n. 41, p. 152-160, Jan-Jun. 2024.

TEIXEIRA CARVALHO, Eliana. Monumento simbólico da arqueologia pré-histórica brasileira: O sítio duna grande de Itaipu, uma contribuição. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 118–128, 1988. DOI: 10.24885/sab.v5i1.72. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/72>. Acesso em: 15 maio. 2026.

Por que esta cartilha existe

A Lagoa de Itaipu vai passar por obras de recuperação dos guias correntes e de desobstrução do canal. Onde há obra em área de interesse arqueológico, há também pesquisa, cuidado e conversa com quem vive ali.

Antes de qualquer máquina entrar em campo, o empreendimento precisa de autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN. Esse acompanhamento é feito por dois programas que caminham juntos: o Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico (PGPA), que cuida da pesquisa e do monitoramento arqueológico da obra, e o Projeto Integrado de Educação Patrimonial (PIEP), que leva o conhecimento produzido para fora do canteiro de obras.

Esta cartilha faz parte do segundo programa. Ela foi feita para escolas, moradores, pescadores, comerciantes, trabalhadores da orla, equipes da obra e visitantes do Museu de Arqueologia de Itaipu. Reúne, em linguagem direta, o que as pesquisas arqueológicas já revelaram sobre Itaipu e Camboinhas e o que ainda pode ser encontrado sob a areia.

A ideia é simples: patrimônio não é só o que está na vitrine do museu. É a duna que você atravessa para chegar à praia, o nome do bairro, a canoa do pescador, a memória de quem viu a paisagem mudar. Reconhecer isso é o primeiro passo para preservar.

Um trabalho de oito meses

As ações de educação patrimonial acompanham toda a duração da obra, ao longo dos oito meses previstos em cronograma, sempre articuladas às atividades de campo da equipe de arqueologia.



Obras de recuperação dos guias correntes e desobstrução do Canal de Itaipu, Niterói (RJ), agosto de 2026. Imagem aérea: acervo IAB.

O que é arqueologia

Arqueologia vem do grego *arkhé*, “o que veio primeiro”, e *logos*, “estudo”. É o estudo do antigo — mas não de qualquer antiguidade: dinossauros, por exemplo, não são assunto da arqueologia.

A arqueologia estuda a cultura humana e os modos de vida do passado a partir dos vestígios deixados pelas pessoas. Esses vestígios podem ser móveis, como objetos e utensílios, ou imóveis, como estruturas construídas. Também entram no campo de estudo as marcas que os seres humanos deixaram no meio ambiente.

Às vezes o que aparece é um esqueleto inteiro, uma urna funerária completa, um colar de dentes de animais ou de sementes. Na maior parte das vezes, porém, são apenas cacos pequenos e difíceis de identificar. Com cuidado, paciência e técnica, esses pedaços se encaixam e formam um quebra-cabeça compreensível.

Os lugares onde esses vestígios são encontrados chamam-se **sítios arqueológicos**. São bens não renováveis: uma vez destruídos, não há como refazê-los. Por isso existem leis que determinam seu estudo, sua preservação e, quando necessário, seu resgate.

No Brasil, os sítios costumam ser classificados em três grupos: pré-históricos, anteriores à chegada dos europeus; históricos, com vestígios da colonização europeia; e de contato, com objetos que misturam as culturas dos povos indígenas, dos europeus e dos africanos trazidos durante a escravidão.

Nem toda pesquisa começa com uma escavação

Grande parte do trabalho acontece depois do campo: lavar, numerar, identificar, catalogar, guardar e interpretar cada fragmento. Sem esse trabalho de laboratório, o objeto perde a história que ele poderia contar.



Arqueóloga e Auxiliar encontram objeto em sítio arqueológico

O que é educação patrimonial

Para conhecer a história de um povo não basta saber o que saiu do chão. As sociedades são feitas de muito mais do que objetos.

A educação patrimonial busca resgatar as memórias das populações que convivem com um empreendimento e de todas as pessoas envolvidas nos trabalhos de salvamento arqueológico, conduzindo cada uma a descobrir o que é mais valioso para si mesma e a se apropriar do conhecimento gerado ali pela pesquisa. Resgatar a memória de um povo é revigorar sua cidadania.

Ela não é uma palestra em que o especialista fala e a comunidade escuta. Como observa o pesquisador Átila Tolentino, a educação patrimonial contemporânea é dialógica, crítica e democrática: reconhece as comunidades como produtoras e detentoras de saberes, e não apenas como público a ser “conscientizado”. Essa é também a orientação do IPHAN, expressa na publicação *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos* (2014) e na Portaria nº 137/2016.

O caminho que o IAB usa: o Psicodrama Pedagógico

Desde 2003, o IAB trabalha com uma adaptação do Psicodrama Pedagógico de Jacob Levy Moreno, feita pela arqueóloga e psicodramatista Jandira Neto e sistematizada na cartilha *Na Arqueologia, o que é Educação Patrimonial* (2017). Em vez de transmitir informação de fora para dentro, a proposta é levar cada pessoa a construir o conhecimento a partir do contato direto com o objeto e da própria experiência. O método tem quatro etapas:

1. Aquecimento inespecífico

Dinâmicas lúdicas e estímulos sensoriais que integram o grupo e mobilizam a energia do corpo.

2. Aquecimento específico

Essa energia é direcionada ao tema: arqueologia, memória, território e as referências culturais de Itaipu e Camboinhas.

3. Dramatização

Etapla central. O participante entra em contato com o objeto pelos sentidos — ver, ouvir, tocar, cheirar, saborear — e constrói narrativas com o grupo.

4. Compartilhamento

Cada pessoa divide o que percebeu. É desse momento que nasce o sentimento de pertencimento ao objeto agora reconhecido.

Os primeiros moradores

Muito antes da colonização portuguesa, a área que hoje chamamos de Itaipu e Camboinhas já era habitada por grupos de pescadores e coletores que se instalavam junto à lagoa e ao mar.

Eles aproveitavam a fartura de recursos disponível durante o Holoceno médio, no período conhecido como Ótimo Climático. Nessa época, o recôncavo da Baía de Guanabara era cercado por florestas tropicais, charcos, lagoas e manguezais, com mar aberto para a pesca. Era um lugar bom para viver, e isso atraiu esses grupos.

Entre eles estavam os **sambaquianos**, os primeiros povoadores do Rio de Janeiro a ocupar o Sambaqui de Camboinhas, há cerca de 7.000 anos antes do presente

Os sambaquis são montículos formados ao longo de gerações com carapaças de moluscos, ossos de peixe e de pequenas aves. No topo dessas elevações, os mortos eram sepultados com cuidado. Eram povos de tradição oral, sem noção de propriedade privada, que se deslocavam entre bases centrais e nichos de manguezal, mar aberto e floresta — coletando moluscos, pescando e caçando.

Você sabia?

“Sambaqui” vem do tupi e significa, aproximadamente, monte de conchas. Muitos sambaquis do litoral brasileiro desapareceram porque as conchas foram queimadas para produzir cal, usada na construção civil.



Sítio Arqueológico Duna de Itaipu - 1988

A Fase e Tradição Itaipu

O bairro dá nome a um capítulo inteiro da arqueologia brasileira. A relevância do sítio Duna Grande foi tão grande que “Itaipu” passou a nomear primeiro uma fase e, depois, toda uma tradição arqueológica.

Para organizar e entender os vestígios deixados pelos povos do passado, a arqueologia brasileira utiliza categorias de classificação baseadas na cultura material. Entre as mais importantes estão a **fase** e a **tradição** arqueológica. A fase reúne sítios próximos no tempo e no espaço, que compartilham o mesmo conjunto de vestígios. A tradição é mais ampla: agrupa fases diferentes que mantêm, por muito tempo e em áreas maiores, a mesma maneira de fazer as coisas.

O sítio Duna Grande de Itaipu foi localizado no início dos anos 1960, durante levantamentos arqueológicos na Região Oceânica de Niterói. Foi a partir dele que o Arqueólogo Ondemar Dias definiu, em 1967, a fase Itaipu, publicada nos resultados do primeiro ano do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA).

No terceiro ano do PRONAPA (1967–1968), os sambaquis até então incluídos nessa fase foram reunidos na nova fase Macaé, e a fase Itaipu ficou restrita aos sítios sobre dunas. A Tradição Itaipu só seria criada na reunião final do programa, em 1973, agrupando os grupos que, diante das mudanças climáticas, foram deixando de depender dos moluscos e passaram a dar mais ênfase à pesca.

As pesquisas registraram na duna estruturas de habitação, fogueiras, instrumentos líticos lascados e polidos, artefatos em osso, restos de fauna e sepultamentos humanos. A própria duna se formou junto com essa permanência humana: os depósitos arqueológicos ajudaram a estabilizar a areia.

Os Arqueólogos Ondemar Dias e Eliana Carvalho propuseram que os povos Itaipu podem ser um ramo que se distanciou, étnica ou culturalmente, dos sambaquianos. Seus sítios, com datações que remontam a cerca de 4.200 anos antes do presente, se distinguem tecnológica e economicamente dos sambaquis clássicos.

Sítios da mesma tradição foram pesquisados em vários pontos do litoral fluminense. O principal fica em Itaipu, em Niterói; os mais escavados são o Corondó, em São Pedro da Aldeia, e a Malhada, em Cabo Frio. Mais tarde, a ocorrência da tradição foi ampliada até o litoral do Espírito Santo.

Como viviam os povos de Itaipu

As pesquisas indicam que esses grupos foram os precursores da domesticação de plantas no litoral central fluminense — provavelmente os primeiros horticultores da costa.

Eles domesticaram o **aipim**, planta típica da região, e consumiam muita **ta-boa**, planta da restinga: assavam a espiga, usavam os bulbos como fonte de carboidrato e aproveitavam as fibras como isolante térmico, para vedar a água nas coberturas dos abrigos e para fazer cestas, balaies e esteiras.

Dois jeitos de morar

Os artefatos encontrados foram classificados em duas fases. A **fase praieira** (Itaipu B) reúne os grandes assentamentos de pesca e coleta à beira-mar: a Duna Grande de Itaipu é o sítio-modelo dessa fase, ao lado da Duna da Boa Vista, em Cabo Frio. A **fase lagunar** (Itaipu A) corresponde aos montículos areno-argilosos à beira de manguezais e próximos às lagoas: locais de habitação demarcados por estearias, com áreas de produção de alimentos e áreas de cemitério.

Vindos de tradições pré-cerâmicas, esses grupos sepultavam seus mortos diretamente no solo dos sítios e caprichavam na variedade e na beleza dos acompanhamentos funerários. Faziam sepultamentos em locais destinados à família — pai, mãe e filho, por exemplo, como registrado no sítio da Malhada, em Cabo Frio.

Duas diferenças em relação aos sambaquianos

A primeira é a alimentação: os grupos Itaipu consumiam muito mais carboidrato. A segunda é o tamanho da população. Com a domesticação de plantas e possivelmente de animais, produziam mais comida e sustentavam mais gente. Isso aparece na quantidade de sepultamentos: no sítio do Corondó, em São Pedro da Aldeia, foram coletados 540 indivíduos; no sítio da Malhada, em Cabo Frio, 106. Nos sambaquis da mesma região e do mesmo período, o número é bem menor.

Duna Pequena e Sambaqui de Camboinhas

Os dois sítios foram identificados no fim dos anos 1970, quando a Região Oceânica de Niterói se expandia. A descoberta aconteceu entre 1978 e 1979, durante a abertura da estrada de Camboinhas e as obras de urbanização conduzidas pela VEPLAN.

Foi nesse contexto que a arqueóloga **Lina Kneip**, do Museu Nacional/UFRJ, desenvolveu pesquisas de salvamento arqueológico na Duna Pequena. O sítio apresentou depósitos associados a ocupações humanas pré-coloniais, com vestígios de fauna, instrumentos líticos e remanescentes ósseos humanos. Estudos bioarqueológicos recentes indicam a presença de pelo menos três indivíduos, além de evidências de práticas funerárias e de patologias identificadas nos ossos — informações que ajudam a entender como essas populações costeiras viviam e adoeciam.

O Sambaqui de Camboinhas foi localizado na restinga entre a praia e a Lagoa de Itaipu, dentro de uma duna fóssil situada entre 7 e 8 metros acima do nível do mar, bem no meio das obras de urbanização da época. As pesquisas de 1979 identificaram vestígios abundantes de grupos pescadores-coletores: restos de fauna marinha, instrumentos líticos, estruturas arqueológicas e remanescentes humanos.

Que idade tem esse chão?

As datações por radiocarbono feitas a partir de amostras de conchas associadas a remanescentes faunísticos e artefatos líticos indicou a presença de populações costeiras nessa área por volta de 7.000 anos antes do presente



Praia e canal de Itaipu, junto à faixa de restinga onde se localizam a Duna Pequena e o Sambaqui de Camboinhas. Niterói (RJ), agosto de 2026. Imagem aérea: acervo IAB.

Itaipu colonial

A ocupação colonial da região se consolidou entre os séculos XVII e XVIII, com a instalação da Freguesia de São Sebastião de Itaipu e o desenvolvimento das atividades agrícolas e pesqueiras.

1716 conclusão da Igreja de São Sebastião de Itaipu

1764 inauguração do Recolhimento de Santa Teresa, hoje sede do Museu de Arqueologia de Itaipu

Essas construções mostram o peso que a região teve no período colonial. E mostram também uma continuidade: a pesca artesanal, que começou ali e permanece viva na comunidade pesqueira local, com seus saberes, seus horários, seu vocabulário e sua relação própria com a lagoa e o mar.

Essa é uma parte do patrimônio que não sai da terra em forma de caco: está nas pessoas. Os modos de vida ligados à pesca, as histórias de quem viu a paisagem mudar e as práticas cotidianas da orla também são referências culturais da região e integram o que esta cartilha chama de patrimônio.

O museu ao lado

O Museu de Arqueologia de Itaipu funciona no antigo Recolhimento de Santa Teresa e guarda parte da história arqueológica da região. Vale a visita — de preferência, depois de ler esta cartilha.



Museu de Arqueologia de Itaipu, Foto: Site do Museu de Arqueologia de Itaipu - www.museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br

A obra do canal e a arqueologia

As obras de recuperação dos guias correntes e de desobstrução do Canal de Itaipu incidem sobre áreas associadas aos sítios Duna Grande, Duna Pequena e Camboinhas. Por isso, elas são acompanhadas por arqueólogos do começo ao fim.

O empreendimento está no processo IPHAN nº 01500.000778/2025-15. Os estudos iniciais foram avaliados pelo Centro Nacional de Arqueologia do IPHAN, que indicou como etapa seguinte a elaboração do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico (PGPA) e do Projeto Integrado de Educação Patrimonial (PIEP), conforme a Instrução Normativa IPHAN nº 06/2025. A execução dos dois programas ficou a cargo do Instituto de Arqueologia Brasileira.

Na prática, isso significa que uma equipe de arqueologia acompanha as intervenções no solo, registra o que aparece e interrompe o trabalho na frente de obra sempre que um vestígio é identificado, para que possa ser documentado com método. Nada disso atrasa a obra por capricho: é a forma prevista em lei de conciliar a intervenção com a preservação de bens que não se refazem.

Encontrou alguma coisa? Não tire do lugar

Cacos de cerâmica, conchas em camadas, pedras lascadas, ossos: se aparecer algo assim durante a obra ou num passeio pela duna, o mais importante é não recolher e não escavar. O contexto — a profundidade, a posição, o que está ao redor — vale tanto quanto a peça. Avise a equipe de arqueologia do empreendimento ou o Museu de Arqueologia de Itaipu.



Obra de colocação de pedras nos guias correntes do Canal de Itaipu, 2026

Quem faz

Instituto de Arqueologia Brasileira

Fundado em 29 de abril de 1961, o IAB é uma instituição científico-cultural sem fins lucrativos dedicada à pesquisa, ao ensino e à divulgação da arqueologia brasileira.

Em 1965, o Instituto estabeleceu sede própria na Vila Santa Tereza, bairro de Bel-ford Roxo, no Rio de Janeiro. De lá para cá, atuou em pesquisas acadêmicas e de contrato em oito estados brasileiros: Amazonas, Acre, Rondônia, Tocantins, Maranhão, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Na Região Oceânica de Niterói, a atuação do IAB começa nos anos 1960, com as pesquisas que consolidaram o estudo sistemático da arqueologia do litoral fluminense e com a defesa da preservação das dunas arqueológicas frente ao avanço da urbanização.

Os registros das ações de educação patrimonial desta obra — fotografias, vídeos e materiais educativos — são divulgados no site e nas redes sociais do IAB.

www.arqueologia-iab.com.br Instagram: [@iab.arqueologia](https://www.instagram.com/iab.arqueologia)

MATERIAL DIDÁTICO



Professor, aponte a câmera do seu celular para o QR Code e tenha acesso a todo o material necessário para realizar a experiência com sua turma. No link, o professor - não só de história - poderá baixar o jogo “Território da Duna” e os materiais auxiliares, incluindo recursos de apoio para a preparação das aulas e realização da atividade.

Explore, prepare sua turma e embarque nessa jornada de descobertas pela história, arqueologia e patrimônio de Itaipu e Camboinhas!